



Fundação Algarvia  
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

*Aprovado por unanimidade em 30/03/2017. - O Presidente da C.F.*

## RELATÓRIO E CONTAS 2016



Faro, 30 de Março de 2017

## ÍNDICE

1. RELATÓRIO	3
1.1 Introdução	3
1.2 Síntese	3
1.3 Respostas Sociais Atuais	5
1.3.1. Educação	5
1.3.2. Saúde	6
1.4. Respostas Sociais Futuras	6
1.4.1. UCCI de Monchique	6
1.4.2. Projetos a desenvolver	6
1.5 Actividades Culturais	7
1.6 Manutenção de Imóveis	7
1.7 Marketing	8
1.8 Recursos Humanos	8
1.9 Análise Económica	9
1.9.1. Resultados	9
1.9.2. Rendimentos	9
1.9.3. Gastos	11
1.9.4. Indicadores	12
1.10 Fornecedores	12
1.11 Agradecimentos	12
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2016	15
2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2016	16
3. PROPOSTA	17
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	18
5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	19
6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	22



## 1. RELATÓRIO

### 1.1 Introdução

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem a Administração submeter à apreciação e deliberação do Conselho de Fundadores o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Pretende-se com este documento fazer a síntese possível da actividade desenvolvida pela Instituição durante o ano de 2016, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspectivas de evolução futura.

### 1.2 Síntese

Pautámos a nossa actividade com muita prudência e segurança, quer nos actos de investimento praticados, quer na gestão diária e corrente, impondo uma dinâmica empresarial, especialmente no controlo de custos e avaliação da performance. Foi efetuado um controlo de gestão e avaliação da performance por centro de resultados, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos.

Todas as decisões tomadas, indispensáveis ao bom funcionamento da instituição, decorreram da realização de diversas reuniões, destacando-se, para além das reuniões do Conselho de Administração, as reuniões mensais da Comissão Executiva da área da Educação, do Conselho Diretivo da UCCI Milreu e do Departamento Financeiro e Administrativo.

O grau de execução do plano de actividades, não obstante algumas variações, tem revelado, ao longo dos anos, comportamentos excelentes, algo que se torna mais vincado se o compararmos com outros exemplos de execução. Em 2016, mantivemos esses atributos, prova inequívoca da boa-fé e do rigor que esteve na base da elaboração do plano de actividades e respectivo orçamento.

Ao longo dos últimos exercícios verificou-se uma estagnação e/ou diminuição das receitas e o aumento das despesas. A evolução das receitas não acompanha a evolução das despesas o que provoca elevadas dificuldades na gestão da instituição. Tal facto justifica-se pelo seguinte:

- Inexistência de aumento da comparticipação do estado para exploração das respostas sociais na área da educação e da saúde;
- Diminuição do crescimento das comparticipações familiares fruto das diminuições dos rendimentos familiares;





- Aumento da taxa de Segurança Social;
- Aumento dos gastos com pessoal derivado do cumprimento dos contratos coletivos de trabalho;
- Aumento dos custos de funcionamento;
- Elevado serviço da dívida provoca dificuldades de tesouraria.

É imperativo a negociação de todo o passivo bancário, em termos de preço e de duração, de forma a libertar a tesouraria da FADS no curto prazo.

Durante o ano de 2016, tal como em anos anteriores, beneficiamos da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

A Administração considera que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades sem fins lucrativos cuja sobrevivência depende de subsídios efetuados por outras instituições. Neste âmbito encetámos contactos com um conjunto de entidades no intuito de encontrar eventuais mecenas interessados em apoiar e/ou partilhar este projecto.

O processo de acreditação da Fundação enquanto entidade formadora está concluído com sucesso. Pretendemos ser uma entidade de referência na área da formação de educação e da saúde.

Para além da gestão dos equipamentos sociais existentes, pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos na área da educação e saúde, nomeadamente através da prestação de serviços de formação, serviço de apoio domiciliário e serviço de transporte de doentes. Durante o ano de 2016, foram constituídas equipas de trabalho para preparar e trabalhar nestes novos projetos.

Estudámos e analisámos em profundidade todos os apoios que foram criados pela segurança social e outras instituições, no intuito de expandir, modernizar e diversificar a nossa actividade.

Respondendo às recomendações da Segurança Social continuámos a preparação do processo de gestão da qualidade. Pretende-se preparar uma futura certificação da instituição.

Efetuámos um controlo de gestão por atividade, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível melhorar a sustentabilidade da FADS.



### 1.3 Respostas Sociais Atuais

#### 1.3.1. Educação

No ano de 2016 efetuámos a gestão de 7 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 473 famílias, repartidas pelas valências da seguinte forma:

Valência	Ocupação Atual	Utentes Comparticipados
Creche Faro	68	68
Jardim Infância Faro	75	74
ATL	80	80
Creche Olhão	40	32
Jardim Infância Olhão	75	50
Creche Montenegro	84	66
Jardim Infância Montenegro	50	0
<b>Total</b>	<b>473</b>	<b>370</b>

**Tabela n.º 1 – Ocupação durante o ano de 2016 - Educação**

No ano letivo de 2016/2017, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa, com exceção de uma sala do Jardim de Infância do Montenegro. No que diz respeito às comparticipações familiares verificou-se um aumento de 0.8% face ao ano letivo anterior.

A Administração estará atenta à conjuntura que envolve o ATL sabendo que será necessário repensar o futuro desta valência. A transformação do equipamento num outro tipo de resposta social será certamente objeto de reflexão pela atual Administração.



**Figura 1 – Respostas sociais atuais - Educação**

*[Handwritten signature]*

### 1.3.2. Saúde

No ano de 2016 efetuámos a gestão da UCCI Milreu, com capacidade para 47 utentes. Desde setembro de 2015 que a lotação é totalmente comparticipada. Verificou-se uma capacidade média de ocupação de 98.2%, acima do limiar dos 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%.



Gráfico n.º 1 – Taxa de Ocupação UCCI Estoi

Desde a submissão da candidatura ao programa modelar, em 2009, até o momento, foram várias as variáveis que se alteraram:

- Inexistência de aumento da comparticipação do estado para exploração;
- Aumento da taxa de Segurança Social e dos custos previsíveis de funcionamento;
- Aumento do *spread* do financiamento.

### 1.4. Respostas Sociais Futuras

#### 1.4.1. UCCI de Monchique

A construção da UCCI de Monchique foi suspensa após despacho do gabinete do Secretário de Estado da Saúde. O Financiamento do estado foi suspenso para todas as unidades que ainda não tinham iniciado a construção. Sem o financiamento a fundo perdido do programa modelar não será possível o investimento.

#### 1.4.2. Projetos a desenvolver

Após a estabilização do funcionamento da UCCI Milreu pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos. Durante o ano de 2016 foram constituídas equipas de trabalho para estudar e planear os seguintes projetos:





Novo projeto	Ponto de situação
Prestação de serviços de formação profissional	Aprovado pela DGERT
Prestação de serviços de apoio domiciliário	Aguarda aprovação na segurança social
Prestação de serviços de transporte de doentes	Aguarda aprovação
Extensão dos serviços médicos à comunidade	Aguarda aprovação da ARS

Tabela n.º 2 – Ponto de situação dos projetos futuros

### 1.5 Actividades Culturais

Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, continuámos a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops* e exposições.

A Fundação, tal como em anos anteriores, deu a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Durante o ano de 2016 iniciou-se a preparação/dinamização dos seguintes eventos:

- Organização do dia da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização do 2.º seminário de educação em parceria com a Universidade do Algarve;
- Organização da 1.ª caminhada da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização de diversos *workshops*;

### 1.6 Manutenção de Imóveis

Tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição, investimos na manutenção e reparação de todos os imóveis, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais.

Foram efetuados os seguintes trabalhos de reabilitação/melhoramento nas valências:

- Reabilitação da Creche de Faro;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Faro;
- Reabilitação da Creche de Olhão;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Olhão;
- Reabilitação do ATL.



## 1.7 Marketing

Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade. O site da FADS foi atualizado em 2016. Dinamizámos a utilização de redes sociais com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição.

Durante o ano de 2016 estudamos e preparamos a organização e presença num conjunto de eventos que possibilitam dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.

Tal como em anos anteriores realizamos a avaliação da satisfação dos utentes de todas as valências. O resultado é bastante positivo seguindo as avaliações dos anos anteriores.

## 1.8 Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, quer colaborem com ou dirijam a FADS, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos foi e continua a ser um dos nossos principais objetivos.

O contexto recessivo da situação económica do país, tem reflexos diretos no âmbito das atividades desenvolvidas pela Instituição e neste contexto, durante o ano de 2016 procuramos um ponto de equilíbrio, entre as necessidades de continuidade de prestação dos múltiplos serviços que constituem o desiderato da Instituição, o necessário incremento dos mesmos, bem como a criação de condições para os novos projetos a implementar. Importa assim, em função das características concretas dos colaboradores, gizar estratégias que permitam uma rentabilização máxima dos mesmos e garantir que os colaboradores possuam o perfil ideal para a Instituição atingir os objetivos traçados.

A Administração confia em todos os que trabalham na Fundação, mas apelou constantemente para que exerçam um apertado e persistente auto-controlo, que evite o desperdício de recursos.

Em 31 de Dezembro de 2016, a FADS tinha 113 colaboradores dependentes e 22 independentes. Destes, 68% estão afetos à educação e os restantes 32% afetos à área da saúde.

Relativamente às medidas de apoio à contratação foram protocolados 5 contratos estágio emprego, 9 processos de dispensa de contribuições para a segurança social e 3 contratos de trabalho Medida Estímulo Emprego.





A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, possibilitámos, tal como em anos anteriores, diversos estágios aos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e de outras instituições. Alguns destes estagiários têm sido contratados posteriormente.

## 1.9 Análise Económica

### 1.9.1. Resultados

A continuidade da política de controlo de gastos, associada a um crescimento dos rendimentos, permitiu que a FADS apurasse neste exercício um resultado líquido positivo de 129.308,42 euros. O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi de 485.470,88 euros. Ambos aumentaram face ao período anterior. No gráfico seguinte pode-se observar a evolução do resultado líquido e do EBITDA da FADS ao longo dos últimos exercícios.

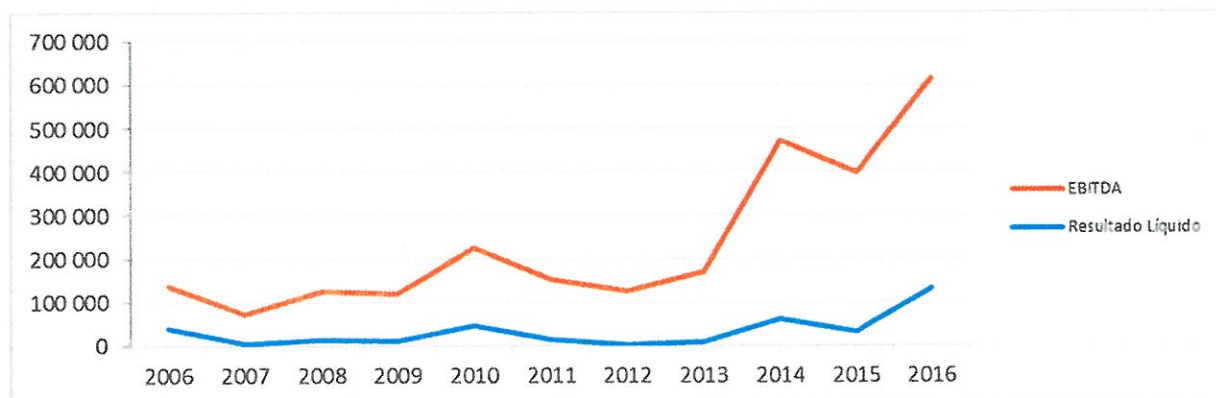


Gráfico n.º 2- Evolução do resultado líquido e do EBITDA

### 1.9.2. Rendimentos

Os rendimentos totais ascenderam a 2.813.440,29 euros, registando um acréscimo global de 3% explicado pelo aumento das mensalidades da educação.

A rubrica de prestação de serviços considera as matrículas e mensalidades de utentes de educação e os encargos de apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu. As prestações de serviços ascenderam a 1.003.351,63 euros, registando um acréscimo global de 5%. Constata-se que a área da educação apresentou um aumento de 11.8% e a área da saúde uma diminuição de 12.6%, resultado da maior % de comparticipação do estado face ao utente. O valor global, utentes mais estado, manteve-se estável.

Na tabela seguinte observa-se a evolução das prestações de serviços por área de atividade.



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição
Educação	685 869.82	697 738.79	684 590.90	648 726.77	689 610.18	771 203.89	11.8%
Saúde			41 180.01	233 146.09	265 732.55	232 147.74	-12.6%
<b>Total</b>	<b>685 869.82</b>	<b>697 738.79</b>	<b>725 770.91</b>	<b>881 872.86</b>	<b>955 342.73</b>	<b>1 003 351.63</b>	<b>5.0%</b>

**Tabela n.º 3 - Evolução das prestações de serviços por área de atividade**

A rubrica de subsídios, doações e legados à exploração considera o seguinte:

Subsídio	Área de Atividade
Contratos de comparticipação financeira Educação	Educação: Creche, Jardim de Infância e ATL
Encargos com os cuidados de saúde	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com medicamentos	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com os cuidados de apoio social	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com utilização de Fraldas	Saúde: UCCI Estoi

**Tabela n.º 4 - Subsídios, doações e legados à exploração**

Durante o ano de 2016, na área da saúde, o valor diário a receber por utente, previsto na Portaria n.º 220/2011 de 1 de Junho foi o seguinte:

Tabela de Preços RNCCI	Valores
Encargos com os cuidados de saúde	18.61
Encargos com medicamentos	10.00
Encargos com os cuidados de apoio social	30.34
Encargos com utilização de Fraldas	1.24
<b>Valor diário a receber por utente</b>	<b>60.19</b>

**Tabela n.º 5 – Preços dos cuidados de saúde**

Os subsídios ascenderam a 1.749.253,55 euros, registando um acréscimo global de 1.9%. Fazendo uma análise por área de atividade constata-se que a área da educação apresentou uma diminuição de 0,7%, fruto da alteração do contrato de comparticipação do ATL, e a área de saúde aumentou 10.4% em resultado da maior % de comparticipação do estado face ao utente. O valor global, utentes mais estado, manteve-se estável. Na tabela seguinte observa-se a evolução dos subsídios:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição
Educação	902 166.99	900 099.48	905 482.08	901 416.94	897 986.97	891 777.28	-0.7%
Saúde			128 624.45	672 377.83	723 149.62	798 036.55	10.4%
Apoio Contratação	20 408.64	15 985.46	49 785.57	115 198.36	80 940.22	49 439.72	-38.9%
POPH	15 618.01	20 738.06	5 022.77	8 130.66	10 028.95	0.00	-100.0%
Outros	8 249.81			419.45	5 000.00	10 000.00	100.0%
<b>Total</b>	<b>946 443.45</b>	<b>936 823.00</b>	<b>1 088 914.87</b>	<b>1 697 543.24</b>	<b>1 717 105.76</b>	<b>1 749 253.55</b>	<b>1.9%</b>

**Tabela n.º 6 - Evolução dos subsídios por área de atividade**



### 1.9.3. Gastos

Os gastos totalizaram o montante de 2.684.131,87 euros, o que representa uma diminuição de 0.7%. O contrato com o principal fornecedor de géneros alimentares foi renegociado o que justifica uma diminuição do consumo de géneros alimentares em 12%. Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 11% enquanto os juros suportados aumentaram 8.8%.

Na seguinte tabela apresenta-se a evolução das diferentes rubricas de gastos:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição
Géneros Alimentares	129 056.42	153 490.00	127 880.59	230 531.66	210 147.77	184 744.74	-12.1%
FSE	218 407.99	213 215.56	291 525.46	508 041.16	574 082.36	637 867.64	11.1%
Gastos com o Pessoal	1 160 211.03	1 209 317.97	1 275 362.58	1 474 969.23	1 574 958.35	1 496 149.96	-5.0%
Depreciações	88 854.18	88 863.57	104 223.06	173 752.46	186 527.82	194 007.78	4.0%
Outros gastos e perdas	41 268.14	7 856.66	11 482.33	18 009.13	6 682.76	8 686.31	30.0%
Juros Suportados	37 489.00	33 729.91	53 155.74	175 955.99	149 545.91	162 675.44	8.8%
<b>Total</b>	<b>1 675 286.76</b>	<b>1 706 473.67</b>	<b>1 863 629.76</b>	<b>2 581 259.63</b>	<b>2 701 944.97</b>	<b>2 684 131.87</b>	<b>-0.7%</b>

Tabela n.º 7- Evolução dos gastos

Os gastos com o pessoal mantêm-se como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da FADS, representado 56% dos gastos totais, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos com 24%. De seguida apresenta-se a estrutura de gastos em 2016.

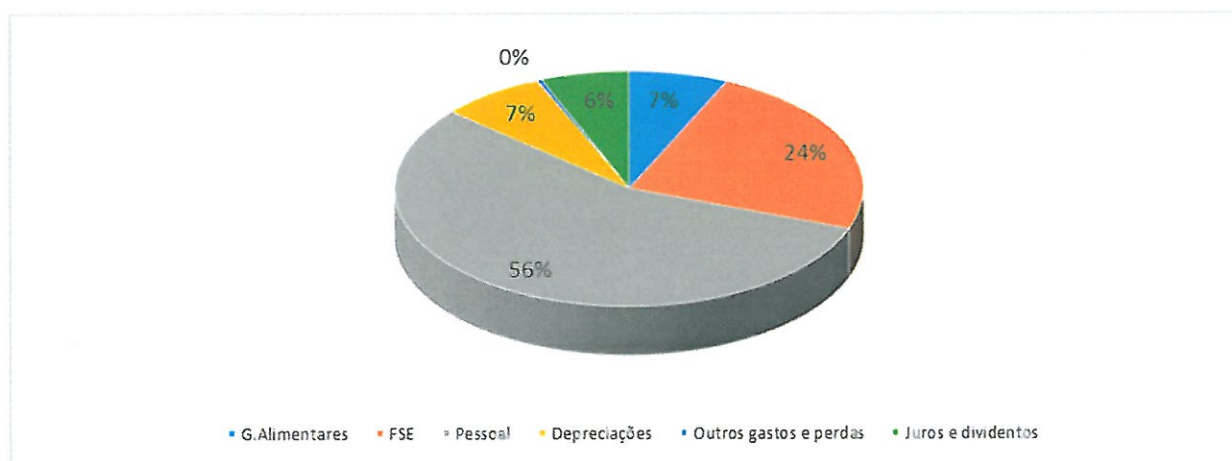


Gráfico n.º 3- Estrutura de gastos

*[Assinatura]*



#### 1.9.4. Indicadores

Do total dos rendimentos da instituição, 53% são canalizados para fazer face aos gastos com o pessoal. Na tabela seguinte pode-se observar a evolução do peso de gastos e rendimentos desde 2010.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Gastos com Pessoal / total rendimentos	68%	69%	71%	68%	56%	58%	53%
Consumo G. Alimentares / total rendimentos	8%	8%	9%	7%	9%	8%	7%
FSE / total rendimentos	13%	13%	12%	16%	19%	21%	23%
Mensalidades / Gastos com Pessoal	62%	59%	58%	57%	60%	61%	67%
Subsídios / Gastos com Pessoal	75%	82%	77%	85%	115%	109%	117%
Mensalidades / gastos totais	43%	41%	41%	39%	34%	35%	37%
Subsídios / gastos totais	52%	56%	55%	58%	66%	64%	65%

**Tabela n.º 8- Indicadores diversos**

As mensalidades recebidas são suficientes para fazer face a 67% dos gastos com o pessoal e apenas 37% dos gastos totais, o que reforça a grande dependência da instituição de subsídios atribuídos por terceiros.

#### 1.10 Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos.

Como resultado deste trabalho o contrato com o principal fornecedor de géneros alimentares foi renegociado, reduzindo os gastos em 12%. Durante o ano foram ainda renegociado um conjunto de contratos com prestadores de serviços permitindo à FADS poupanças consideráveis sem perda da qualidade do serviço.

#### 1.11 Agradecimentos

Ao concluir este Relatório de Actividades, a Administração, quer ainda expressar o seu agradecimento:

- Aos trabalhadores é justo reconhecer o trabalho e esforço realizado, a dedicação assumida nas suas tarefas, pelo que, todos são merecedores de sinceros agradecimentos;
- Ao Conselho de Fundadores e aos membros dos demais Órgãos Sociais;
- À Administração Central, Regional e Local e, em particular ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro e ARS Algarve;
- Ao Novo Banco, Montepio Geral e Caixa Geral de Depósitos enquanto instituições financeiras que apoiam o projecto da Fundação;




- Ao Revisor Oficial de Contas que analisa e certifica as contas;
- Aos restantes fornecedores de Produtos e Serviços.

Faro, 20 de Março de 2017

A Administração

  
(Luís Coelho)

  
(Nuno Carrilho)

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





## 2.1 Balanço em 31 de Dezembro de 2016

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	6 765 133.05	6 847 377.68
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	5	5 312.45	4 393.08
Investimentos financeiros	5	5 110.24	2 919.05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		6 775 555.74	6 854 689.81
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	10	46 646.92	46 159.74
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	10	15 203.90	40 825.31
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	10	138 126.43	99 877.16
Diferimentos	10	5 124.26	4 873.48
Caixa e depósitos bancários	4	174 894.79	151 297.89
Subtotal		379 996.30	343 033.58
Total do activo		7 155 552.04	7 197 723.39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	239 423.00	239 423.00
Reservas	10	793 704.92	792 182.75
Resultados transitados	10	-59 077.24	-87 998.52
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	1 153 262.88	1 179 093.08
Resultado Líquido do período	10	129 308.42	30 443.45
Total do fundo do capital		2 256 621.98	2 153 143.76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	10	3 745 666.88	3 581 972.33
Outras contas a pagar	10	285 996.11	327 069.66
Subtotal		4 031 662.99	3 909 041.99
Passivo corrente			
Fornecedores	10	252 659.02	185 807.91
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	10	44 217.02	38 773.76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	10	5 362.00	190 300.67
Diferimentos	10	176 433.19	205 838.73
Outras contas a pagar	10	388 595.84	514 816.57
Outros passivos financeiros			
Subtotal		867 267.07	1 135 537.64
Total do passivo		4 898 930.06	5 044 579.63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 155 552.04	7 197 723.39



## 2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	6	1 003 351.63	955 342.73
Subsídios, doações e legados à exploração	6	1 749 253.55	1 717 105.76
Ganhos/Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreend. Conjuntos			-550.04
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-184 744.74	-210 147.77
Fornecimentos e serviços externos		-637 867.64	-574 082.36
Gastos com o pessoal	10	-1 496 149.96	-1 574 958.35
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		60 314.35	59 912.08
Outros gastos e perdas		-8 686.31	-6 132.72
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>485 470.88</b>	<b>366 489.33</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-194 007.78	-186 527.82
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>291 463.10</b>	<b>179 961.51</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	6	520.76	27.85
Juros e gastos similares suportados	6	-162 675.44	-149 545.91
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>129 308.42</b>	<b>30 443.45</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>129 308.42</b>	<b>30 443.45</b>

A Administração

  
 (Luis Coelho)

  
 (Nuno Carrilho)

A Contabilista Certificada

  
 (Ana Martins)

### 3. PROPOSTA

A Administração da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social apresenta ao Conselho de Fundadores a seguinte proposta:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2016;
2. Que os resultados obtidos no montante de 129.308,42 euros tenham a seguinte aplicação:
  - a) A importância de 6.465,42 euros para Reserva Legal;
  - b) A importância de 122.843,00 euros para Resultados Transitados.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores da Fundação e a todas as entidades que com ela se relacionaram no decurso de 2016, sem os quais a gestão relatada não podia ter sido possível.

Faro, 20 de Março de 2017

A Administração

  
(Luís Coelho)

  
(Nuno Carrilho)




#### 4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

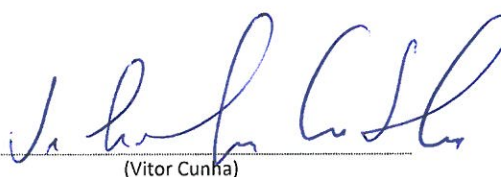
Senhores Fundadores:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos apresentar ao Conselho de Fundadores o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora que exercemos na FUNDAÇÃO ALGARVIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e o nosso Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, que nos foram entregues pelo Conselho de Administração para apreciação e parecer.
2. Durante o ano, acompanhámos com regularidade a actividade desenvolvida pela Fundação, tendo recebido do Conselho de Administração todos os elementos e esclarecimentos necessários ao exercício das nossas competências.
3. No desempenho da nossa ação fiscalizadora, procedemos à verificação dos livros, registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, tendo prontamente recebido dos serviços a colaboração necessária.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação das Contas emitida pela Sociedade de Revisores de Contas, com a qual manifestou a sua concordância.
5. O Balanço e Demonstração de Resultados, encontram-se elaborados em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais complementados com as Notas explicativas traduzem com veracidade a situação financeira e patrimonial da Fundação.
6. Face ao exposto e tendo verificado que a Fundação foi administrada de acordo com a lei e os estatutos, somos de parecer:
  - a) Que aproveis o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2016.
  - b) Que aproveis o Relatório da Administração e a proposta de aplicação de resultados.

Faro, 27 de Março de 2017

O Conselho Fiscal

  
(Manuel Alexandre)

  
(Vitor Cunha)

## 5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS





## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Exmos. Senhores Acionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pela Administração da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### **RELATÓRIO**

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art. 420.º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado e conforme mencionado na Certificação Legal das Contas, é nossa convicção que o relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações de capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.



**PARECER**

Considerando as análises e trabalhos efectuados, somos de parecer que a Assembleia Geral da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social, aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Lisboa, 30 de Março de 2017

  
Daniel Jorge Gonçalves Vicente, ROC n.º 1041



## 6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016, que evidencia um total de 7.155.552 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 2.256.622 euros, incluindo um resultado líquido de 129.308 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da Lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e





- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um elevado nível de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar à atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

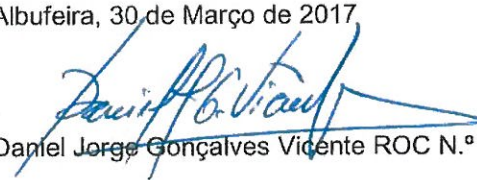
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Albufeira, 30 de Março de 2017

  
Daniel Jorge Gonçalves Vicente ROC N.º 1041

